

NOTA DE ABERTURA

Opening Remarks



Este número do Boletim e o anterior, como oportunamente se referiu, são números especiais, dedicados aos estudos em língua portuguesa sobre o Código Civil, o Código Comercial e o Código de Processo Civil.

Em sequência da organização da *Décima Quarta Conferência Internacional “Estudos sobre o Código Civil, o Código Comercial e o Código de Processo Civil, Celebrando o 25.º Aniversário da RAE de Macau”*, – e se também aqui recordamos a organização das *Jornadas de Direito Civil e Comercial, O Código Civil e o Código Comercial*, e das *Jornadas de Direito Processual Civil, o Código de Processo Civil*, em 1999, e os números 8, 9 e 10 do Boletim, um relativamente a cada um destes códigos, que continuam a constituir referência obrigatória sobre as matérias aí disciplinadas, – reúnem-se neste número os estudos sobre as matérias de Direito Comercial e Direito Processual Civil agora apresentadas, em função da participação nesta iniciativa e das opções editoriais adoptadas.

Com a publicação pela Imprensa Oficial do *Código Comercial de Macau* em 1999 foi publicada a *Nota Justificativa* de Augusto Teixeira Garcia, como *Coordenador do Projecto do Código Comercial*, que orienta os interessados, académicos e profissionais forenses, sobre as políticas legislativas e as opções da codificação, que tem ilustrado e desenvolvido em várias intervenções, logo a seguir sob o título *O novo Código Comercial de Macau*, e em estudos posteriores, como *O Código Comercial de Macau e os contributos de direito comparado*, e ainda agora revisita em *O Código Comercial de Macau: Breve nota das vicissitudes da sua vigência*, abordando não apenas essas vicissitudes como a sua influência no exterior, neste momento acompanhado por Miguel Quental ao tratar *Das alterações ao Código Comercial de Macau nos últimos 25 anos*.

Por sua vez, com a publicação do *Código de Processo Civil de Macau* em 1999 foi publicada a *Nota Explicativa* de José Manuel

Borges Soeiro, como *Coordenador da Comissão de Revisão do Projecto do Código de Processo Civil*, seguida de *O Novo Código de Processo Civil de Macau*, com eco em outros escritos, em particular de Isabel Alexandre, colaboradora especial neste projecto, designadamente nesta actividade e nesta publicação, em *Perspectivas de evolução do Código de Processo Civil de Macau*.

Sobre estas matérias, além de outras publicações destes autores, foram posteriormente sendo publicadas obras, designadamente lições e manuais, ou circulando policopiadas, e centrando-nos nas publicadas no âmbito do ensino e da formação jurídica de carácter profissional, quer de *Direito Comercial* quer de *Direito Processual Civil*, e iniciada a publicação de um *Código de Processo Civil de Macau Anotado e Comentado*, em face do desafio e da promoção da iniciativa de anotação de todos os designados grandes códigos, que temos podido acompanhar no âmbito das nossas funções, quer singularmente pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau e pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária do Governo de Macau, quer, como no caso da anotação referida, em colaboração entre ambas as instituições.

Para além da publicação de estudos apresentados em seminários e conferências realizados ao longo dos anos da vigência destes códigos, relacionadas com as alterações projectadas ou realizadas, promovidos pelos órgãos com iniciativa legislativa ou com atribuições no âmbito da administração da justiça e da formação jurídica e judiciária, também o Boletim da Faculdade foi dando a conhecer vários estudos, relevantes em matéria comercial, designadamente sobre o funcionamento das sociedades comerciais, o comércio electrónico e a protecção do consumidor, o jogo comercial, ou o desenvolvimento do sistema financeiro, e em matéria processual civil, a simplificação e o aperfeiçoamento do processo civil, sem prejuízo de se continuar a garantir o acesso ao direito consagrado na lei fundamental, e, designadamente, em ambas as matérias, a adaptação à utilização de novas tecnologias, e a comparação de regimes, em especial de Macau, da China Continental e dos Países de Língua Portuguesa.

Esta publicação pode ser ainda mais um testemunho de homenagem a estas obras legislativas e, respectivamente, ao Coordenador do Projecto do Código Comercial de Macau e ao Coordenador do Código de Processo Civil de Macau, e aos Juristas, Tradutores e Decisores responsáveis pela aprovação destes códigos, oportunamente mencionados na *Nota de Abertura ao Código Comercial de Macau*, e na *Nota de Abertura ao Código de Processo Civil de Macau*, de Jorge Noronha e Silveira, e nos

citados artigos dos coordenadores dos projectos, já na viragem de século.

Se não representa apenas uma formalidade, representa também um dever que cumprimos com prazer. Agradecemos o apoio, na organização desta actividade e destas publicações, dos dirigentes da Faculdade de Direito e da Universidade de Macau, dos nossos patrocinadores, respectivamente, Fundação Rui Cunha, SJM Resorts, S.A., e Sands China Ltd, e aos Oradores e Moderadores, aos Colaboradores na tradução e na organização, aos nossos Estudantes, e a todos os que nos acompanharam neste empreendimento.

Esperamos que estes estudos possam vir a ser referências úteis sobre as reflexões havidas e de relevo académico e prático, e mesmo para o legislador das reformas anunciadas no âmbito do direito e da justiça. Não deixarão de documentar momentos de análise retrospectiva e prospectiva, a fazer o seu caminho, como de ser um contributo para as futuras memórias jurídicas de um período de cinquenta anos, já perto do fecho de um ciclo, que não deixa de anunciar o início de outro.

Macau, 30 de Junho de 2025

Manuel M. E. Trigo

Director do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito
da Universidade de Macau